



EXPRESSO DO BRASIL

Rio de Janeiro, Ano 1 - nº2 - 11 de maio a 25 de maio 2019 - Tiragem: 10.000 exemplares

Governador inaugura o Disque Rio Contra a Corrupção



Rio de Janeiro

O governador **Wilson Witzel** participou, na terça-feira (30/04), da inauguração oficial do Disque Rio Contra a Corrupção, no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), na Cidade Nova. **Pág. 4**

Vassouras RJ

Vereador **Jeovane Lomeu** foca as suas energias na criação da CPI no Hospital Filantropico Eufrasia



Foto: Fernanda Spinelli

O vereador Jeovane Lomeu legislador Municipal de Vassouras, já tem um corpo jurídico formado para trabalhar na CPI afim de apurar todas as denúncias que envolvem o hospital Filantropico Eufrasia, perante ao poder publico. **Pág. 15**

Presidente Bolsonaro publicou o decreto que facilita o porte e a posse de armas

O decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro e publicado na quarta-feira 08/05 no Diário Oficial da União (DOU) amplia consideravelmente o porte de armas para um conjunto de 20 profissões **Pág. 2**



Rio - As calamidades das chuvas no Rio de Janeiro serão discutidas em audiência pública A pedido do deputado **Professor Joziel**



O parlamentar, membro da Comissão do Meio Ambiente, quer levantar discussão e propor formas eficientes de prevenir e abrandar as catástrofes. **Pág. 13**

Sul Fluminense

Um homem que esta fazendo a grande diferença no Vale do Café e no Interior do Rio. **Pág. 12**



Presidente Bolsonaro publicou o decreto que facilita o porte e a posse de armas

Fonte - O Globo RJ

O decreto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro e publicado na quarta-feira 08/05 no Diário Oficial da União (DOU) amplia consideravelmente o porte de armas para um conjunto de 20 profissões, como políticos eleitos, servidores públicos que trabalham na área de segurança pública, advogados em atuação pública, caminhoneiros, oficiais de Justiça, profissionais de imprensa que atuam em coberturas policiais, agentes de trânsito, entre outras categorias. Também são contemplados os moradores de propriedades rurais e os proprietários e dirigentes de clubes de tiro. De acordo com o texto publicado, as categorias listadas não precisarão comprovar “efetiva necessidade” para justificar a solicitação para o porte junto à Polícia Federal. O Estatuto do Desarmamento, de 2003, prevê que os pedidos precisam ser acompanhados de comprovação de aptidão técnica, capacidade psicológica, ausência de antecedentes criminais e comprovação de necessidade “por exercício de atividade profissional de risco” ou que representem ameaça à integridade física. Na terça-feira, durante a assinatura do decreto, Bolsonaro afirmou que o governo foi “no limite da lei”. Segundo ele, o decreto



“não passa por cima da lei” e “não inventa nada”, mas foi até o limite máximo englobado pelo Estatuto. São mencionadas pelo decreto uma lista de agentes públicos, inclusive inativos, que terão autorização para o porte. O governo estabelece que não precisarão comprovar efetiva necessidade nas solicitações aqueles que atuam na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), na administração penitenciária, no sistema socioeducativo (lotados em unidades de internação específicas); em atividades com poder de polícia administrativa ou de correição em caráter permanente; em órgãos policiais das assembleias legislativas dos Estados e da Câmara Legislativa do Distrito Federal. O novo decreto editado em alguns dias pelo presidente Jair Bolsonaro, facilita concessão de portes e posse de armas, libera a importação de armamento, dá direito a proprietários rurais usarem a arma em toda a propriedade. Ontem, a Casa Civil divulgou apenas um resumo dos



pontos que serão alterados, sem revelar, até o início da noite desta terça-feira, a íntegra do decreto. Hoje, o Diário Oficial publicou novas 20 categorias que poderão ter porte de armas. Veja a lista e confira ponto a ponto o que mudou. Categorias autorizadas a solicitar o porte sem comprovar ‘efetiva necessidade’ Instrutores de tiro ou armeiros credenciados pela Polícia Federal;

Colecionadores ou caçadores Certificado de Registro de Arma de Fogo expedido pelo Comando do **E x é r c i t o** ;

- Agentes públicos (inclusive os inativos) da área de segurança pública que atuem: na Agência Brasileira de Inteligência, na administração penitenciária, no sistema socioeducativo (lotados em unidades de internação específicas); em atividades com poder de polícia administrativa ou de correição em caráter permanente; em órgãos policiais das assembleias legislativas dos Estados e da Câmara

Legislativa do Distrito Federal; - Detentores de mandato eletivo nos Poderes Executivo e Legislativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando no exercício do mandato; Advogados (no caso de agentes públicos);

- Oficiais de justiça;

- Proprietários de estabelecimentos que comercializem armas;

- Proprietários e dirigentes de clubes de tiros;

- Residentes em áreas rurais;

- Profissionais de imprensa que trabalhem na cobertura policial;

- Conselheiros tutelares;

- Agentes de trânsito;

- Motoristas de empresas e transportadores autônomos de carga (caminhoneiros);

- Funcionários de empresas de segurança privada;

- Funcionários de empresas de transporte de valores.

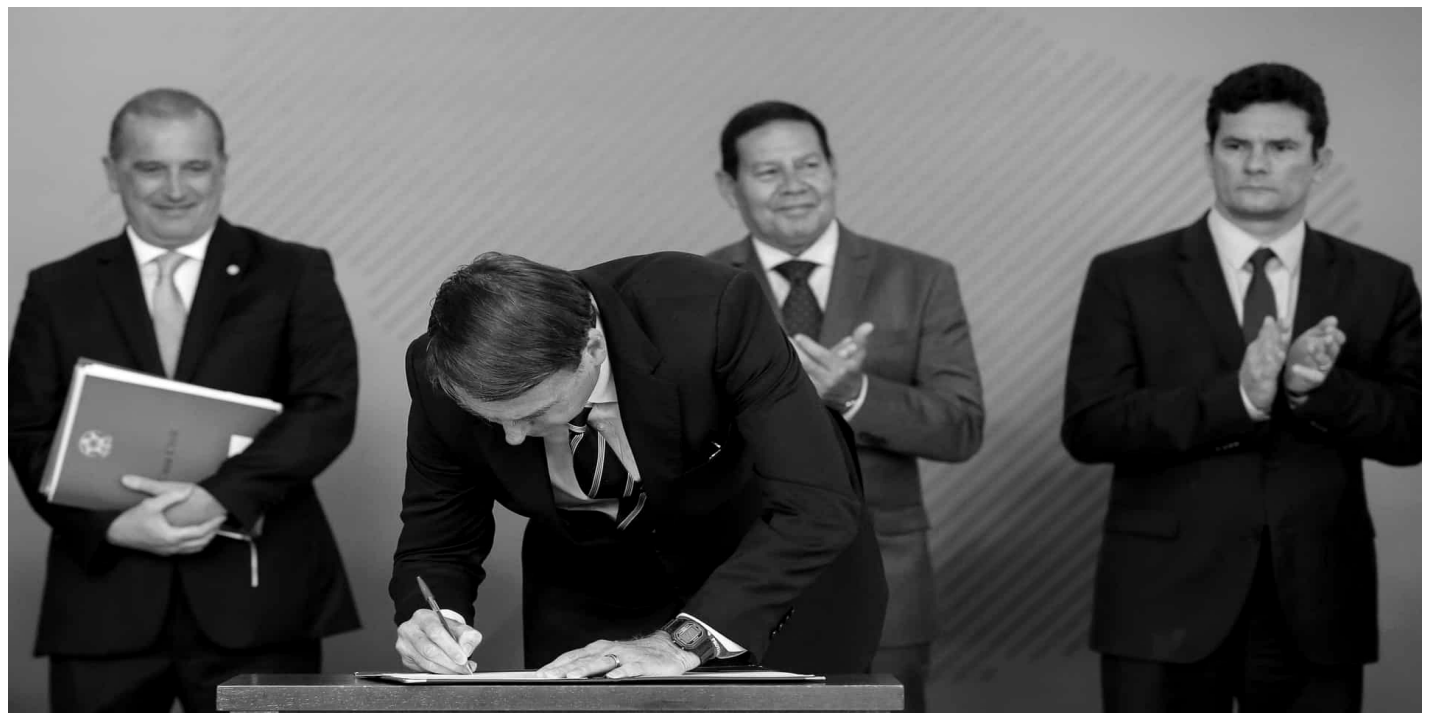
Veja quais são os principais pontos:

Munições apreendidas podem ficar com as polícias. O policial que fizer a apreensão tem preferência para ficar com a munição.

Brasília DF

Com um simples “despacho” governo encerra falcatrua que virou marca registrada do PT

A Advocacia Geral da União, por meio do seu ministro-chefe Andre Mendonça, encaminhou na terça-feira no dia 30, a todos os bancos públicos e órgãos de contole um ofício com o parecer do presidente Jair Messias Bolsonaro, assinado na semana passada, retirando integralmente o sigilo dos empréstimos realizados com o dinheiro público dos cidadãos brasileiros pagadores de impostos. Apartir de agora, o Tribunal de Contas da União tcu, a Polícia Federal, Ministério Público Federal e a



Controladoria - Geral da União vão ter o acesso as condições dessas operações de credito, os criterios que foram utilizados para a concessão, as vantagens de cada empresti

mo, o cumprimento das clausulas e a todos os demais detalhes dos contratos “Ao ter que divulgar quem recebeu e porque recebeu, o BNDES e outros bancosterão que mostrar se as taxas de juros con

cedidas são semelhantes entre as empresas. Por exemplo : emprestamos para a JBS com as mesmas condições que emprestamos para a concorrente? É transparencia e isonomia,” escreveu André.

PUBLICADO NO DOU DE 26 DE ABRIL DE 2019, SEÇÃO 1

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

Processos nº 00190.027761/2014-22, nº 00400.004961/2009-07, nº 00400.005436/2009-29, nº 00400.007419/2012-21, nº 00400.019536/2009-32, nº 46070.000047/2015-35, nº 52000.002434/2007-22, nº 00400.004961/2009-27 e nº 52020.000549/2014-73. Parecer nº AM - 06, de 24 de abril de 2019, do Advogado-Geral da União, que adotou, nos termos estabelecidos nos Despachos do Consultor-Geral da União nº 00378/2019/GAB/CGU/AGU e nº 1.139/2018/GAB/CGU/AGU, e no Despacho da extinta Câmara Nacional de Uniformização de Entendimentos Consultivos da Consultoria-Geral da União nº 1/2018/CNU/CGU/AGU, o Parecer Plenário nº 5/2017/CNU/CGU/AGU da extinta Câmara Nacional de Uniformização de Entendimentos Consultivos da Consultoria-Geral da União. Aprovo. Publique-se para os fins do disposto no art. 40, § 1º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993. Em 25 de abril de 2019.



EXPRESSO DO BRASIL

Rio de Janeiro

Governador inaugura o Disque Rio Contra a Corrupção

Por Carolina Perez/ Governo do Estado do Rio de Janeiro

O governador Wilson Witzel participou, nesta terça-feira (30/04), da inauguração oficial do Disque Rio Contra a Corrupção, no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), na Cidade Nova. O serviço telefônico da Controladoria Geral do Estado (CGE), em operação desde o último dia 9 de abril, já recebeu cerca de 130 ligações, 20 delas sobre supostos casos de corrupção, que já estão sendo apurados pelo órgão. A ferramenta da administração estadual - que tem como objetivo receber denúncias que envolvam agentes públicos do governo - funciona através do número (21) 2276-6556, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h. O custo é o de uma ligação normal para telefone fixo. O anonimato é garantido, mesmo que o autor da denúncia seja servidor público. O projeto do Disque Rio Contra a Corrupção faz parte de um sistema maior do Estado, que ainda vamos encaminhar à Assembleia Legislativa (Alerj), que são o Teste de Integridade e a Análise de Teor de Riquezas. E, neste mês de maio, es-



Governador Wilson Witzel

tamos exigindo a entrega das declarações de bens e renda dos servidores públicos. O projeto do Disque Rio Contra a Corrupção faz parte de um sistema maior do Estado, que ainda vamos encaminhar à Assembleia Legislativa (Alerj), que são o Teste de Integridade e a Análise de Teor de Riquezas. E, neste mês de maio, estamos exigindo a entrega das declarações de bens e renda dos servidores públicos. Se não forem entregues, será instaurada uma sindicância e depois um inquérito administrativo disciplinar e, evidentemente, haverá uma investigação, com a possibilidade até de demissão desse servidor. Portanto, a transparência e o combate à corrupção são marcas do nosso

governo. O Disque Corrupção é o primeiro modelo do Brasil - afirmou o governador. Podem ser denunciados atos de corrupção como tentativa de suborno, desvio de dinheiro público, nomeação de funcionários fantasmas, entre outros. Ao receber uma denúncia, o setor de Ouvidoria e Transparência Geral do Estado, subordinado à CGE, vai analisar o conteúdo e decidir se ela será investigada internamente ou encaminhada para a secretaria responsável. O Rio de Janeiro é um único estado que tem um canal direto e específico para tratar de denúncias de corrupção, gerenciado pela Controladoria Geral do Estado, que é o órgão de controle interno do Executivo estadual. Já recebemos cerca de 130

ligações, sendo que algumas dessas denúncias já receberam tratamento e vislumbramos ali possibilidades de atuação concreta da CGE - disse o controlador-geral do Estado, Bernardo Barbosa. A central de denúncias do Disque Rio Contra a Corrupção funciona no CICC e conta com servidores da Controladoria Geral do Estado capacitados para extrair o máximo de informações do denunciante.

Projeto de reconhecimento facial será ampliado

Durante o evento, o governador anunciou que, a partir de 1o de julho, o projeto de reconhecimento facial será ampliado. - Estaremos operando com cerca de 400 câmeras de reconhecimento facial e placa de carros. No Carnaval, foram nove câmeras que funcionaram por dez dias, e oito mandados de prisão foram cumpridos apenas neste período. Portanto, o programa tem seis meses de duração, mas depois será ampliado de forma definitiva. É mais um projeto que fará com que o Rio de Janeiro entre para a história - ressaltou Wilson Witzel.

Opinião e análise de mercado

Por que não faz nenhum sentido manter a Petrobras estatal seus números revelam o descalabro

Fonte: MISES BRASIL

“A Petrobras é muito mais um instituto de previdência, que trabalha para os funcionários, do que uma indústria lucrativa, que trabalha para os acionistas (a sociedade).” Roberto Campos Neste ano de eleições, o Brasil precisa realmente ser reinventado. Um dos assuntos que merece ser abordado é a questão da energia. Hoje, já estamos importando quase tudo: gás, eletricidade, gasolina e até etanol. Sendo assim, não há mais nenhuma justificativa plausível para o Brasil manter uma empresa estatal como a Petrobrás, que, segundo seu próprio presidente, é uma monopolista que detém quase 100% da atividade de refino no Brasil. A Petrobras passou a adotar preços internacionais de mercado, o que foi uma medida correta, mas a concorrência na área de extração e refino segue abolida. Na prática, temos uma estatal que agora funciona “seguindo leis de mercado”, mas que não quer sofrer nenhuma concorrência de empresas privadas. Isso não faz sentido. Ah, mas pelo menos o “petróleo é nosso!”, gritam os suspeitos de sempre. Desculpe, mas, por enquanto, ele é dos árabes ou dos americanos com novas técnicas de perfuração horizontal. A Arábia Saudita tem um campo em Medina que, sozinho, produz mais petróleo que todos os campos da Petrobras juntos. E, no Oriente Médio, o que se enxerga é a presença constante do setor privado no melhoramento tecnológico deste negócio extremamente arriscado, do qual o dinheiro

poço de petróleo descoberto no Golfo Árabe não foi descoberto por nenhum “Petro-Arabe”, mas sim pela Standard Oil, cuja atuação viria a inverter o equilíbrio regional e mundial público deveria ficar de fora. no “ouro negro”, criando uma situação que dura até aos dias de hoje. (Curiosamente, o primeiro poço da Venezuela, no Orinoco, também foi descoberto por uma empresa privada: a mesma Standard Oil. Foi ela quem perfurou o poço “Canoa 1”, o primeiro descoberto no norte do rio Orinoco e que passou a fazer parte da chamada Faixa do Orinoco, essencial para que a Venezuela fosse considerada em 2011 pela OPEP como o país com as maiores reservas certificadas de petróleo no mundo).

Com a Petrobras é diferente

E a “nossa” Petrobrás? Como se trata de uma empresa estatal, ela foi inevitavelmente capturada pelos políticos e seus funcionários. Empresas estatais, por sua própria natureza, representam uma porta permanentemente aberta para ser aparelhada por políticos, que indicam protegidos e loteiam cargos para seus apadrinhados. Apenas pense: por que os políticos disputam acirradamente o comando das estatais? Por que eles reivindicam, por exemplo, a diretoria de operações de uma estatal? Em tese, a diretoria de operações exige um corpo técnico. Por que políticos?

Qual a justificativa? Simples: é nas estatais que está o butim. As obras contratadas por estatais são vultosas (muito mais vultosas do que obras contratadas por ministérios). O dinheiro de uma estatal é muito mais farto. E, quanto mais farto, maior

a facilidade para se fazer “pequenos” desvios. Isso, e apenas isso, já é o suficiente para entender por que políticos e sindicalistas são contra a privatização de estatais. Estatais possibilitam, uma grande,

Comissoemmente, vamos descortinar alguns de seus números, pois eles são aterradores:

1) Em faturamento anual por empregado, a Petrobrás é a penúltima no mundo. Em 2016, enquanto a Petrobras pagava salários a 315.000 funcionários, entre efetivos (84.000) e terceirizados (231.000), a Shell, a Exxon e a British Petroleum (BP), juntas, empregavam 262.000 pessoas, 53.000 a menos que a brasileira, com lucros somando US\$ 58,6 bilhões. (A Petrobras vem de quatro anos de prejuízos seguidos; ver item 3 abaixo). A Exxon Mobil emprega 83.500 pessoas em mais de 100 países e registrou lucro de US\$ 32,5 bilhões em 2014. A Royal Dutch Shell paga salários a 94.000 funcionários nos 90 países onde opera, e lucrou US\$ 14 bilhões no mesmo ano. Apesar de multas bilionárias por vazamentos, a British Petroleum (BP), que tem 84.500 funcionários, lucrou US\$ 12,1 bilhões em 2014. A Petrobras opera 7.000 postos no Brasil e em meia dúzia de países. A Royal Dutch Shell soma 44 mil postos mundo afora. 2) A má gestão da Petrobras é espantosa: gastou R\$ 2,7 bilhões em projetos de duas refinarias para concluir que eram inviáveis!

3) Em 2014, a estatal teve um prejuízo de R\$ 21 bilhões. Em 2015, mais um de R\$ 35 bilhões, totalizando R\$ 56 bilhões em dois anos. Em 2016, novo prejuízo de R\$ 15 bilhões. E, finalmente, em 2017, a estatal conseguiu fechar seu quarto ano seguido de prejuízo. 4) Com mais de 300 mil funcionários diretos e indiretos, a estatal paga um Adicional de Hora de Repouso e Alimentação (AHRA) (para um horário corrido de 8h) e chega a distribuir 17 salários por ano. 5) Distribui “lucros que não foram realizados” em 2014 e 2015.

Mas os absurdos pioram

6) A Petrobrás tem processos no TST que podem chegar a R\$ 13 bilhões patrocinados por sindicatos de petroleiros, resultantes de medidas tomadas pelo sindicalista Diego Hernandez, que comandou o RH da empresa. Em 2007, ele estendeu o pagamento de adicional de periculosidade (áreas de risco) — um benefício — a todos os empregados da Petrobrás, mesmo os que trabalhavam sob o ar condicionado dos escritórios. Tal valor equivalia a cerca de 30% do salário.

QUATIS RJ

Secretaria Municipal de Governo

Coordenadoria de Comunicação Governamental

ARRECADAÇÃO MAIOR QUE VALOR ESTIMADO GERA RECURSOS PARA NOVOS INVESTIMENTOS

Excesso da receita foi registrado no exercício de 2018

O superávit financeiro (arrecadação maior que o volume inicialmente estimado para o ano passado) gerou o valor de R\$ 1.938.735,46 solicitados esta semana, à Câmara Municipal, pelo prefeito Bruno de Souza (MDB), visando à abertura de créditos adicionais no orçamento de 2019. A abertura destes créditos, desde que aprovada pelos vereadores, vai garantir a inclusão da reserva dos recursos necessários à realização de novas obras de infraestrutura no Município. Tecnicamente, a reserva de recursos para determinadas despesas são denominadas dotações orçamentárias. Bruno de Souza explica que, como não era possível prever o superávit alcançado pela administração municipal no orçamento de 2018, pois a movimentação de recursos nos cofres municipais também depende da evolução da economia, a criação de novos créditos adicionais na lei orçamentária da cida



de se tornou necessária. Ao justificar o nosso pedido de abertura dos créditos adicionais, frisamos no texto das mensagens enviadas ao poder legislativo que a solicitação tem como objetivo garantir recursos no Segundo ainda o prefeito de Quatis, dependendo do valor a ser movimentado no orçamento, a criação de novas dotações precisa ser apreciada e aprovada pelo plenário da Câmara Municipal, daí o encaminhamento de quatro projetos de lei nesta semana aos vereadores com este objetivo. orçamento para a realização de novos investimentos a favor da população de Quatis, além de assegurar a

prestação dos serviços considerados essenciais aos moradores da cidade – frisou o prefeito. Para Bruno de Souza, “o superávit verificado no ano passado nas contas da prefeitura pode também ser considerado um reflexo positivo das ações realizadas pela administração municipal com o objetivo de promover o equilíbrio das contas públicas, principalmente a partir de 2015, quando a crise econômica nacional e as dificuldades financeiras do Governo do Estado do Rio de Janeiro diminuíram significativamente o volume de repasses para a prefeitura”. Embora estejamos trabalhando desde o nosso pri

meiro mandato à frente da Prefeitura de Quatis (2013-2016) pelo incremento das receitas municipais, a maior parte das nossas receitas ainda é proveniente das transferências federais e estaduais. Por isso, diante da crise econômica do país e do nosso estado, adotamos várias medidas de contenção de despesas a partir de outubro de 2015, as quais ainda estão em vigor, e continuam apresentando resultados extremamente positivos, entre eles arrecadações de recursos próprios superiores aos valores inicialmente estimados, o que nos tem permitido realizar novas obras pela melhoria da qualidade de vida do povo quatiense – concluiu o prefeito.

Rio de Janeiro Capital

Hospitais federais do Rio receberão R\$ 120 milhões para reformas

Obras serão realizadas em instalações elétricas e hidráulicas, em áreas de ambientação e de recuperação das unidades

Por Agência Brasília - O Ministério da Saúde e a Secretaria-Geral da Presidência vão aplicar R\$ 120 milhões em reformas nos seis hospitais federais no Rio de Janeiro. Segundo o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, as obras serão realizadas em instalações elétricas e hidráulicas, em áreas de ambientação e de recuperação. As prioridades serão encaminhadas pelas direções dos hospitais da Lagoa, de Ipanema, de Bonsucesso, dos Servidores do Estado, do Andaraí e no Cardoso Fontes. “A autorização e a definição do valor já foi dada. Agora vem a fase de entrar no sistema e fazer a análise dos projetos, que é muito mais técnica, uma coisa de engenharia, mas a gente já dá um passo de identificar que esse valor pelo menos coloca esses hospitais em uma condição melhor. No Hospital da Lagoa, a gente tem problema no andar de cima, tem problema nas enfermarias do Hospital de Bonsucesso”, disse o ministro. Já no Hospital do Andaraí, a situação, segundo o ministro, é tão precária que está em estudo a possibilidade de construir uma outra unidade na re-

gião. “Ali a gente tem discutido se vamos caminhar em direção à reforma ou se aquela região, que só tem o Andaraí, comporta uma outranunidade hospitalar, e no Andaraí a gente fazer somente cuidados mais paliativos até que tenhamos uma unidade mais moderna. Isso é ainda um ponto de discussão. Uma equipe de engenheiros e arquitetos vai fazer uma leitura mais adequada do Andaraí”.

Ação integrada

O ministro deu as declarações ao lado do ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Floriano Peixoto. Os dois se reuniram com o Comitê Gestor da Ação Integrada nos Hospitais Federais do Rio de Janeiro, na sede do Ministério da Saúde, no centro do Rio, para discutir as medidas e ações executadas para organizar e melhorar o atendimento. As instituições se reuniram com o Comitê Gestor da Ação Integrada nos Hospitais Federais do Rio de Janeiro, na sede do Ministério da Saúde, no centro do Rio, para discutir as medidas e ações executadas para organizar e melhorar o atendimento e gestão nas unidades federais que funcionam no estado. O ministro Floriano Peixoto informou que houve aumento de 32% no número de consultas de emergência entre janei-

ro a março em comparação ao mesmo período de 2018. Houve ainda 7% de crescimento nos atendimentos ambulatoriais, de 10% nas internações e 3% no total de cirurgias. Esses números, resultaram em 250.155 atendimentos, o que significa 20.216 a mais que o registrado no ano anterior. Outro dado considerado positivo pelo ministro Floriano Peixoto foi a qualificação de atendimentos

realizada no período tanto na gestão administrativa como na parte médica. A equipe de trabalho é integrada por 50 profissionais dos hospitais de referência Sírio-Libanês (SP), Albert Einstein (SP), Alemão Oswaldo Cruz (SP), Hospital do Coração (SP) e Moinhos de Vento (RS), que realizaram mais de 100 visitas às unidades federais, o que resultou na capacitação de 1.413 funcionários.

Medicamentos

O levantamento feito nos três meses das atividades da Ação Integrada apontou também falta de alguns itens de medicamentos em quase todos os seis hospitais federais. O ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, deu como exemplo unidades que não tinham álcool gel, elemento de segurança e de utilização, que na sua falta impede uma série de ações de atendimentos. “Os hospitais não trabalhavam com nenhum tipo de gestão e de organização desse estoque”. Para o ministro, a falta de medicamentos será resolvida com o sistema de informatização do estoque

hospitalar nos seis hospitais, o acompanhamento da quantidade e da utilização dos medicamentos, com a implantação do uso do sistema fracionado por paciente. Até então, segundo o ministro, uma enfermaria pedia um tipo de medicamento para um paciente que não precisaria usar todos os comprimidos da cartela e ela não retornava aos estoques para ser utilizada em outro atendimento. “Agora, manda-se um comprimido para aquele paciente no horário prescrito. Essa é a fase que a gente começa agora. A primeira foi de identificação de todos os gargalos”, disse Mandetta.



O Rio de Janeiro no olho do furacão

Fonte: O Globo e o Dia

A saga continua: prefeitos cassados e os processos na justiça rolando a deriva



Ana Grasiella Magalhães

Em meio a batalhas judiciais há mais de dois anos, os moradores de Iguaba Grande já não sabem responder com convicção quem, afinal, governa o balneário, na Região dos Lagos. Agora, com o afastamen-

to da prefeita Ana Grasiella Magalhães (PP) confirmado, eles voltam às urnas, no dia 2 de junho, para escolher um novo mandatário. Ventos incertos também sopram sobre a administração de outras cidades do Rio.



Marcelo Crivella

Enquanto, na capital, o prefeito Marcelo Crivella enfrenta um processo de impeachment, 20 municípios fluminenses (21,7% dos 92 no estado) já assistiram a seus gestores, eleitos em 2016, virarem alvo de decisões da Justiça — seja a eleitoral ou a comum — que os cassaram, afastaram ou até mandaram para a prisão. Seis dessas cidades

(Aperibé, Cabo Frio, Laje do Muriaé, Mangaratiba, Rio das Ostras e Teresópolis) tiveram, inclusive, eleições suplementares para substituir os prefeitos defenestrados. Depois de Iguaba Grande, será a vez de Paraty fazer o mesmo em pleito ainda sem data definida.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) manteve, no último dia 23, a decisão da Justiça eleitoral do Rio de cassar o prefeito, Carlos José Gama Miranda, o Casé (MDB), por abuso de poder político em sua reeleição. Ele é acusado de ter começado a entregar títulos do programa Paraty, Minha Casa é Aqui durante a disputa de 2016, o que foi entendido como favorecimento a sua campanha. Ele sou cassado por dar escrituras a bairros que existem há 60 anos — argumenta o prefeito, que deverá deixar

o cargo assim que for notificado, mas considera a decisão injusta. — A condenação não é uma punição para mim, mas para Paraty, que pode ter que paralisar obras. Vamos recorrer. Mas sabemos que será difícil. O processo político no Brasil está ficando impraticável. Daqui a pouco, pessoas boas não vão querer mais participar. Em Iguaba Grande, a prefeita Ana Grasiella, nora do ex-mandatário Oscar Magalhães, governou por liminar.



Carlos José Gama Miranda (Casé)

Para o Tribunal Regional Eleitoral do Rio, sua eleição era uma espécie de terceiro mandato consecutivo de seu grupo familiar, o que não é permitido. Ano passado, ela foi

retirada do cargo, mas voltou. Na Justiça comum, foi acusada de fraude em licitação. Até que, em março, o STF confirmou o indeferimento de sua candidatura, autorizando a nova votação.

Seropédica

A cidade de Seropédica, na Baixada Fluminense, fica sem prefeito, com base na decisão do juiz Guilherme Grandmasson, da 2ª Vara do município, que afastou a chefe do executivo municipal Anabal Barbosa de Souza, que teve

pensos por cinco anos e a perda da função pública. Ele é acusado de improbidade administrativa. O processo foi instaurado em 2003 pela contratação irregular do Instituto de Administração do Rio de Janeiro

– IARJ para promoção de um concurso público. De acordo com o juiz, mesmo sendo um processo de 2003 a condenação tem validade atual. Anabal ocupa o cargo de prefeito do município desde as últimas eleições. O procurador jurídico do município, Expedido Marques Pinho foi condenado a pagar multa por ter concorrido para a dispensa irregular da licitação na contratação da empresa. O IARJ e o presidente do instituto, Wallace de Souza Vieira, foram proibidos de firmar contratos com ór-

gãos públicos pelo prazo de cinco anos. Segundo a denúncia na ação proposta pelo Ministério Público, Anabal Barbosa de Souza contratou – por R\$ 200 mil – o IARJ para a promoção de um concurso público visando o preenchimento de vagas na administração municipal. Além da falta de licitação, o concurso foi anunciado em um jornal de circulação limitada ao município, quando deveria ter sido amplamente divulgado.

Além disso, somente no ato da inscrição os candidatos tinham conhecimento das matérias exigidas no certame.



Anabal Barbosa de Souza

A denúncia aponta que o valor do contrato com o IARJ foi superior ao valor investido pela Prefeitura nas áreas de Planejamento, Indústria e Comércio, Desenvolvimento Urbano, Turismo, Esporte e Lazer e o Meio Ambiente do município. A dispensa da licitação recebeu o aval de Expedido Marques na função de procurador jurídico. Na sentença, o juiz Guilherme

Grandmasson destacou que Anabal “na qualidade de Chefe do Executivo municipal, demonstrou inidoneidade (ou inabilitação) moral e desvio ético para o exercício da função pública, descumprindo os princípios reitores da Administração Pública, atuando com nítido propósito de privilegiar diversas pessoas que já ocupavam cargos na Administração...”

Belford Roxo

Após alguns dias, sobre o afastamento judicial do prefeito de Belford Roxo, Waguinho (MDB), o presidente da Câmara Municipal, Marcinho Bombeiro (PSL), assumiu a cidade. Em entrevista a O DIA, o su-

cessor prometeu regularizar dívidas com os servidores que se arrastam desde 2016, mas o acerto deve ficar “mais pro futuro”. Aliado político de Waguinho – este é acusado de chefiar uma quadrilha que teria des-

viado R\$ 14 milhões dos cofres públicos –, Bombeiro, garantiu que o emedebista não terá voz em seu governo, contradizendo áudio atribuído ao próprio vereador no ano passado. Servidores dizem que a categoria mais afetada pela dívida é a da Saúde, com cinco pagamentos de 2016 em aberto. Há outras com quatro salários acumulados. Waguinho alegava que não era responsável por débito deixado pelo ex-prefeito Denis Dauttmam (PCdoB). “Eu tenho que primeiro ver qual impacto terá na folha. (Isso aí não vai ter problema [...]) Se é um direito deles, nós vamos pagar. Pode ter certeza”, afirmou Bombeiro, que cogita definir quais ações são prioritárias. “O pagamento do servidor é importante? Lógico. O atrasado, eu acho que é uma coisa que a gente vai ver

mais pro futuro. Hoje, a prioridade é o quê? A Saúde não pode parar, a Educação não pode parar, o asfalto nas ruas não pode parar”, acrescentou. Servidores efetivos denunciam ainda que Waguinho tirou diversos direitos em 2017, como adicional noturno, periculosidade, insalubridade e vale-transporte. E que não têm acesso a contracheques há nove meses. Bombeiro se comprometeu em verificar as denúncias. Reduzir secretarias – que chegaram a 39 na gestão de Waguinho e hoje são 23 – e cargos comissionados – que ultrapassam 3,8 mil – são outras metas. Bombeiro não definiu quais pastas serão descontinuadas ou aglutinadas. Quando o TRE cassou os diplomas de Waguinho e seu vice, Márcio Canella (MDB), em março de 2018, por caixa 2, vazou um áudio atribuído a Bombeiro. Nele, o então presidente da Câmara teria dito:



Waguinho

Se o prefeito cair, quem assume é o Marcinho Bombeiro. Aí pode ficar tranquilo que continua a mesma coisa. Só vai trocar o nome. Mas quem vai assinar é o prefeito”. Bombeiro diz que não procede. O vereador Cristiano Santos (PTB), criticado no áudio, garante que a voz é

do rival. “Vamos mostrar que o Marcio Cardoso Pagniez (Bombeiro) é uma pessoa e o Wagner dos Santos Carneiro (Waguinho) é outra”, ressaltou, ontem, o sucessor. Bombeiro vai consultar o MP para definir quais contratos serão suspensos, já que o órgão apontou fraudes.

Vassouras RJ

Justiça De Vassouras Obriga Governo Municipal A Transferir Idosos Internados Irregularmente No Hospital Eufrásia Teixeira Leite

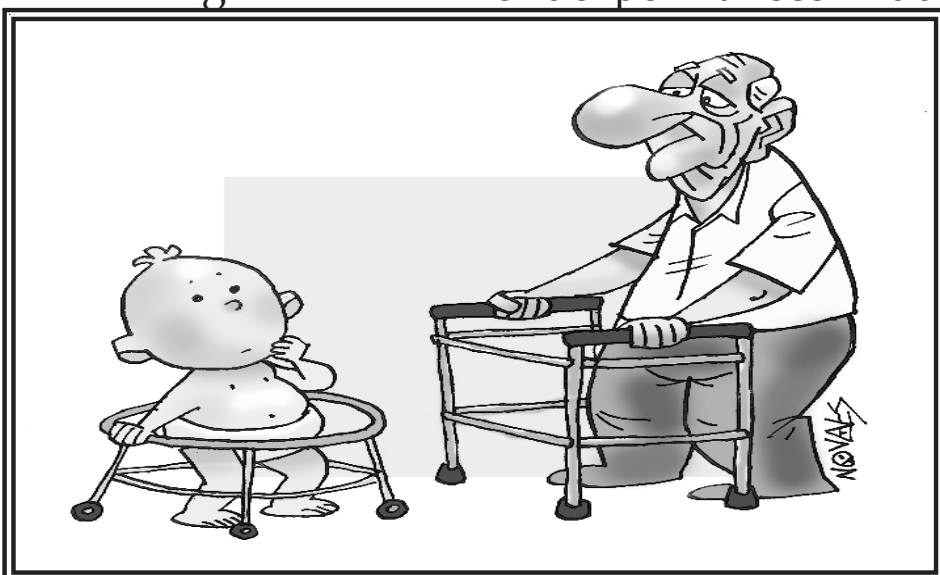
Atendendo pedido do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), na Ação Civil Pública (ACP) - 0000632-59.2019.8.19.0065, a juíza Flavia Beatriz Borges Bastos de Oliveira, titular da 1ª Vara de Vassouras, no Centro-Sul Fluminense, deferiu, no dia 2 de abril, medida liminar obrigando o governo municipal a realizar avaliação individualizada de cada um dos idosos internados no Hospital Eufrásia Teixeira Leite; a transferir, no prazo de até 90 dias, todos os idosos para uma Instituição de Longa Permanência para Idoso (ILPI) custeada pelo Município; a garantir, com recursos próprios e até a transferência para a ILPI, condições mínimas para o acolhimento digno aos ido



sos no Hospital Eufrásia Teixeira Leite, como alimentação, condições sanitárias adequadas, resguardando, de todas as formas, o respeito aos seus direitos fundamentais; e por fim, que os idosos não sejam privados das visitas de parentes e amigos. Na ação o Ministério Público do Estado argumenta, que, em razão da inexistência de instituição de acolhimento adequada no município de Vassouras, os idosos são encaminhados para o Hospital Eufrásia Teixeira Leite, onde permanecem du

rante anos utilizando leitos destinados a pacientes crônicos, em flagrante violação aos seus direitos humanos. Em recente fiscalização dos Promotores de Justiça no Hospital Eufrásia Teixeira Leite, foi constatado que os 30 idosos internados, todos com perfil para ILPI, ocupavam leitos como pacientes crônicos, sem atendimento de equipe multidisciplinar e com acesso dificultado pelos representantes do hospital. Várias irregularidades como banheiros sujos e sem os cuidados com a acessibilidade dos idosos;

enfermarias sem portas; armários ou cômodas em péssimo estado de conservação; roupas dos pacientes, de uso coletivo, armazenadas em péssimas condições; remédios armazenados em locais inadequados; ausência de ar condicionado e de proteína animal para o jantar em quantidade suficiente para todos que estavam internados, foram anotadas na fiscalização realizada pela equipe do MPRJ. As multas pelo descumprimento das obrigações variam de R\$ 1 mil a vinte salários mínimos diários. O governo municipal tem prazo de 30 dias para contestar a decisão da juíza Flavia Beatriz Borges Bastos de Oliveira, titular da 1ª Vara de Vassouras.



EXPEDIENTE



Diretor - Presidente
Reinaldo Antunes do Nascimento

Vice- Presidente -
Wilson Seidler

Diretor Executivo e Redator Chefe
Benedito Rogerio Chagas do Nascimento

Arte final e Diagramação
Alexsandro de Abreu da Silva

Abrangencia - Volta Redonda, Barra do Pirai, Rio Claro, Angra dos Reis, Mangaratiba, Parati, Barra Mansa, Quatis, Pinheiral, Resende, Vassouras, Valença, Miguel Pereira, Porto Real, Itaitiaia, Paraíba do Sul, Três Rios, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Duque de Caxias, Mendes e Engenheiro Paulo de Frontin
Impressão: A voz da Cidade
Tiragem: 10.000

É um veículo de comunicação com periodicidade quinzenal
Este jornal será filiado em breve a Associação de Imprensa do Estado do Rio de Janeiro
CNPJ- 33304133/0001-00
Reinaldo Antunes do Nascimento 021115377729
Endereço - Avenida Paulo de Forntin n 76 sl 101
Aterrado Volta Redonda RJ - CEP 27213-150

Brasília DF

Maia promete a Bolsonaro empenho pessoal para votar Previdência na Câmara no primeiro semestre

Jair Bolsonaro e Rodrigo Maia se encontraram no fim de semana, com a visita do deputado ao Palácio da Alvorada, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), prometeu ao presidente Jair Bolsonaro que seguirá articulando em prol da reforma da Previdência. Garantiu empenho para finalizar a análise da proposta de emenda à Constituição na Casa ainda esse semestre e disse que, no que depender dele, enquanto a PEC tramita na comissão especial ao longo dos próximos dois meses, serão reunidos os votos necessários para aprovar o texto no plenário - ao menos 308 em cada turno. A aliados, Maia afirma que a PEC não tem, hoje, nem mesmo metade dos votos necessários para ser votada no plenário. Para ele, o convencimento da massa precisa ser feito ao longo dos trabalhos da comissão especial. O presidente do colegiado, Marcelo Ramos (PR-AM), disse que quer votar a proposta por lá em junho. Em seguida, o texto está pronto para análise no plenário, em dois turnos. Nos bastidores, Rodrigo Maia já disse que prefere estender a análise na comissão especial do que fazer uma votação rápida neste colegiado e deixar a PEC em suspenso, sem votos, aguardando o momento certo, "como ocorreu com

a do Michel [Temer]". A PEC da Previdência de Temer foi analisada rapidamente nas comissões, demonstrando uma força do governo que não repercutiu no plenário. Para reunir os apoios necessários e cumprir a promessa que fez a Bolsonaro, o presidente da Câmara tem conversado com governadores e cobrado que eles atuem junto a suas bancadas para recolher votos. Foi necessária uma intervenção de Rodrigo Maia para garantir a aprovação da proposta e não atrasar ainda mais o calendário. Agora, ele tem atuado na linha de frente. Na segunda (29), esteve com o ministro da Economia, Paulo Guedes, junto com o presidente da comissão especial, Marcelo Ramos (PR-AM), para discutir o calendário do colegiado. É lá que a PEC vai tramitar ao menos pelo próximo mês e meio. Já foi definido a maioria dos deputados que comporão a comissão especial da reforma da Previdência na Câmara. Dos 49 membros titulares que farão parte da comissão, 40 já estavam definidos. Veja lista abaixo. A função da comissão especial será analisar o conteúdo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da reforma enviada pelo governo Bolsonaro. O texto foi aprovado na última terça (23) na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Por 48 votos a 18, os membros da CCJ votaram pela admissibilidade constitucional do texto.



Jair Bolsonaro e Rodrigo Maia

Veja quais deputados vão compor a comissão especial da reforma da Previdência

PSL

Alexandre Frota (PSL-SP)
Daniel Freitas (PSL-SC)
Felipe Francischini (PSL-PR)
Filipe Barros (PSL-PR)
Heitor Freire (PSL-CE)

DEM

Arthur Oliveira Maia (DEM-BA)
Bilac Pinto (DEM-MG)
Pedro Paulo (DEM-RJ)

PSDB

Beto Pereira (PSDB-MS)
Daniel Trzeciak (PSDB-RS)
Samuel Moreira (PSDB-SP)

MDB

Celso Maldaner (MDB-SC)
Darcísio Perondi (MDB-RS)
João Marcelo Souza (MDB-MA)

PRB

Capitão Alberto Neto (PRB-AM)
Cleber Verde (PRB-MA)
Silvio Costa Filho (PRB-PE)

SD

Darci de Matos (PSD-SC)
Delegado Éder Mauro (PSD-PA)
Reinhold Stephanes Junior (PSD-PR)

PP

Guilherme Mussi (PP-SP)
Jerônimo Goergen (PP-RS)
Ronaldo Carletto (PP-BA)

PR

Fernando Rodolfo (PR-PE)
Giovani Cherini (PR-RS)
Marcelo Ramos (PR-AM)

PTB

Marcelo Moraes (PTB-RS)
Cidadania
Alex Manente (Cidadania-SP)
Solidariedade
Augusto Coutinho (SD-PE)

PROS

Capitão Wagner (PROS-CE)
Patriotas
Dr. Frederico (PATRI-MG)

NOVO

Vinícius Poit (NOVO-SP)
Avante
Luis Tibé (Avante-MG)

PDT

André Figueiredo (PDT-CE)
Mauro Benevides Filho (PDT-CE)

PCdoB

Alice Portugal (PCdoB-BA)

PT

Carlos Veras (PT-PE)
Gleisi Hoffmann (PT-PR)
Henrique Fontana (PT-RS)
Jorge Solla (PT-BA)
Partidos que ainda não registraram os membros

PSC / PODEMOS / PV / PSB / PSOL / REDE

Vassouras RJ

O homem que esta fazendo a grande diferença no Vale do Café e no Sul Fluminense - Marco Capute



O Futuro Centro de Convenções General Sombra em Vassouras

O engenheiro, visionário e empresário **Marco Capute**, um vassourense apaixonado pela cidade conhecida como a princesinha do Vale do Café, se tornou um homem além do seu tempo. Sempre engrandeceu o grande legado e a história de Severino Sombra e deixou bem claro o seu único foco sempre foi o desenvolvimento e o progresso na cidade o qual ele tanto ama. “Devemos toda reve-

rência ao general”. E ele desejava em fazer de Vassouras uma marca respeitada em todo mundo. Ele sonhava em fazer aqui a Coimbra brasileira, baseada na Universidade de Coimbra em Portugal. O general era um visionário, um homem muito a frente do seu tempo”. Esta focado por adiante o projeto que em breve será lançado, o Centro de Convenções que poderá ser o maior de toda a região, que

até o final do ano poderá ser inaugurada e vai ser vista no Sul Fluminense como referencial em eventos de suma importância. Terá a capacidade em receber mais de 4 mil pessoas, será um espaço multiuso o qual será preparado para convenções e feiras nacionais e internacionais, a Fundação Educacional Severino Sombra tem o prazo até no fim de 2019 em inaugurar o tão sonhado Centro de Convenções General Sombra. Pela concepção do presidente da FUSVE, o engenheiro Marco Capute, este empreendimento trará ao município a grande oportunidade de explorar o turismo em pleno conhecimento. O Centro de Convenções na realidade será um talismã

para captação de grandes negócios para o desenvolvimento e o aquecimento da economia para a própria cidade de Vassouras. Lembrando que o futuro Centro de Convenções será privilegiado em ter uma localização de excelência; que será bem perto da unidade de desportos da Universidade de Vassouras. Contando que este empreendimento terá um imponente imóvel, muito bem estruturado e com sua arquitetura de alto padrão. O Centro de Convenções ainda terá um estacionamento bem amplo e irá garantir centenas de vagas para os automóveis. Este projeto foi criado com investimentos próprios da Fusve, que está criando vários postos de empregos no mercado da Construção Civil na cidade de Vassouras.

Volta Redonda R

Profissionais do HSJB são capacitados para controle de infecção hospitalar Capacitação abordou sobre a importância da higienização das mãos para o controle de infecção

Profissionais do Hospital Municipal São João Batista receberam, na manhã de quinta-feira, dia 9, uma capacitação sobre a importância da higienização das mãos para o controle de infecção. De acordo com a coordenadora do Serviço de Controle de Infecção Hospitalar, Natália Deleposte a capacitação faz parte das ações do HSJB em buscar sempre a melhoria na questão de segurança do paciente. “Estamos sempre em busca

abordar essa questão de segurança do paciente. A higienização das mãos é tão importante da qualidade e precisamos antes que ela está entre as seis metas internacionais de segurança do paciente. Essa prática tem o menor custo, é simples e precisamos entender a sua importância”, disse a coordenadora. Elisângela Alves, Assessora técnica do Hospital São João-Batista, que também estava participando da capacitação,

destaca que é muito importante trazer essa conscientização para toda equipe, principalmente para a assistencial, que lida diretamente com o paciente. “Não é uma proteção apenas para o paciente, mas também para o profissional de saúde. Com simples ato de lavar as mãos podemos evitar inúmeras infecções”, disse a assessora técnica. O prefeito Samuca Silva destaca que a segurança do paciente envolve todos os estudos,

práticas e ações promovidas para diminuir ou eliminar os riscos de danos relacionados ao cuidado em saúde. “É preciso conscientizar os nossos profissionais que a higienização das mãos é um simples ato, mas de extrema importância. Por mais que a técnica e a ciência tenha avançado, não se descobriu nada que seja tão efetivo quanto a higiene das mãos para a prevenção”, concluiu o prefeito.

Rio de Janeiro Capital

Na Câmara, as calamidades das chuvas no Rio de Janeiro serão discutidas em audiência pública

A pedido do deputado Professor Joziel

O parlamentar, membro da Comissão do Meio Ambiente, quer levantar discussão e propor formas eficientes de prevenir e abrandar as catástrofes. Nesta semana, o deputado federal Professor Joziel (PSL/RJ) apresentou o requerimento para realização de audiência pública na Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) da Câmara dos Deputados, no intuito de debater e propor formas eficientes de prevenir e abrandar as calamidades causadas pelas chuvas no Estado do Rio de Janeiro. Diante da urgência e importância do tema, o deputado quer ouvir, dos diversos setores envolvidos,



sugestões e ponderações que contribuam na construção de soluções para os problemas causados pela concentração urbana, descarte irregular de lixo, invasão de áreas protegidas, entre outras questões que estão diretamente relacionadas aos desastres. “O Rio de Janeiro é historicamente assolado por

desastres ambientais, o que deixa visível que mesmo em décadas, nada de efetivo tem sido feito para evitar as tragédias. O contexto atual mostra que diversas medidas ainda precisam ser adotadas para tratar adequadamente os problemas relacionados às chuvas. O Rio de Janeiro sofre não

apenas em virtude das chuvas, mas da falta de preparo para ações preventivas e de respostas eficientes,” afirma o deputado Professor Joziel. Ainda de acordo com o parlamentar, enquanto políticas ambientais e urbanas não forem seriamente executadas e fiscalizadas, desastres continuarão a ocorrer no Estado. Para ele, a ciência e a tecnologia devem igualmente, trabalhar em conjunto, provendo instrumentos para avaliação de riscos, prevenção e mitigação de danos. ***Tatiana Soares** Assessora de Comunicação **Dep. Federal Professor Joziel (PSL/RJ)**

Angra os Reis RJ

Vereador Jose Augusto denuncia ao Ministerio Publico o governo de Fernando Jordão

José Augusto Araújo Vieira, mais conhecido como Zé Augusto (Rio de Janeiro, 30 de julho de 1979) foi o vereador mais votado nas eleições de 2016. Na sequência foi eleito, por unanimidade, Presidente da Câmara Municipal de Angra dos Reis (CMAR) no biênio 2017/2018 e posteriormente como 1º Secretário da Casa (2019 / 2020). Em seu facebook aonde esteve em frente ao Ministerio Publico, fez um manifesto no teu video, pela virtude de que a base do governo ter rejeitado o seu

Requerimento de Informações a respeito de um contrato de trezentos mil reais (R\$300.000,00) contratada pela propria prefeitura em beneficio a uma Assessoria de Consultoria em Brasilia, ele ingressou com uma denuncia diretamente ao Ministerio Publico em Angra dos Reis. O seu questionamento simplesmente nao e sobre a empresa porem sobre o modo operante que foi contratada e alem disso outros municipios contrataram a mesma empresa com valores bem menores, bem menos da metade

em que o governo de Angra contratou. Ele ainda lembra que o prefeito Fernando Jordão ficou durante 8 anos em Brasilia como deputado federal e trouxe de la um funcionario para tratar sobre estes assuntos especificos, sendo que se este contrato iria trazer grandes beneficios para a cidade, tinha que ser contratada bem antes no inicio do seu governo e não agora bem perto do fim da sua gestão.

O vereador se manifestou como um cidadão autêntico e angrense, dando um

exemplo que todos os cidadãos podem fazer o mesmo, indo ao Ministério Público e exigindo transparência ao povo e o verdadeiro padrão dos políticos e não os políticos patrões do povo, ele ainda entrou com uma Solicitação de Informações no protocolo da prefeitura, fundamentada na Lei de Acesso a Informação n/ 12.527/2011. O legislador Jose Augusto ainda lembra que o papel do vereador e legislar a favor da população e fiscalizar através dos Requerimentos como a tua solicitação que infelizmente foi barrada na ultima sessão.

Volta Redonda RJ

Dra Irani Martins e o Vereador Paulo Conrado estarão em um debate que será realizado na UNIFOA contra a violência aos animais

Será realizado no dia 22 de maio na sede da Universidade Fundação Osvaldo Aranha (UNIFOA) um debate contra violência animal. Queja foram confirmadas as presenças dos participantes, Dra Irani Martins Cardoso Colaço Vergueiro, militante na área criminal, pós graduada em processo penal. Ex presidente da Associação de Moradores do bairro Caieiras por dois mandatos consecutivos, ex secretária executiva Associação de Moradores do bairro Vila Mury, sendo a primeira presidente feminiano CONAN, ex Conselheira Tutelar (por dois mandatos consecutivos), ex membro do Movimento Negro do Sul Fluminense. Contando com a presença ilustre do vereador Paulo Cesar Lima Conrado, formado em Administração de Empresas, sendo 4 vezes presidente da Casa do Legislativo de Volta Redonda, tendo por bagagem 7 mandatos legislativos, autor de indicação em prol da causa animal e de vários projetos que beneficiaram os cidadãos voltaredondenses. Estará presente também a acadêmica Yasmim Silva do Carmo do Curso de Direito da UNIFOA, que está cursando o 7 período e atualmente preside a Liga Acadêmica de Ciências Criminais. De acordo com a lei Federal 9.605/98 e o artigo 32, quem praticar abusos, maus tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos e exóticos pode pegar pena de três meses a um ano de prisão e pagamento de multa, em caso de morte do animal, a pena pode ser aumentada.



Ver. Paulo Conrado

Mesmo sabendo que a violência aos animais é crime, pessoas ainda insistem em maltratar e cometer abusos que tem levado o óbito de muitos animais, principalmente os da espécie domésticos. Ao adquirir o animal o proprietário deverá prestar toda a assistência necessária, que vão das despesas alimentícias até os cuidados veterinários. Além dos cuidados necessários o proprietário não poderá em hipótese alguma abandonar um animal doente, deixá-lo em lugares anti-higiênicos que lhe impeçam a respiração, descanso, o movimento, presos em correntes e privados de ar e luz.

Exemplos de maus tratos

- Abandonar, espancar, golpear, mutilar e envenenar;
- Manter preso permanentemente em correntes;
- Manter em locais pequenos e anti-higiênicos;
- Não abrigar do sol, da chuva e do frio;
- Deixar sem ventilação ou luz solar;
- Não dar água e comida diariamente;
- Negar assistência veterinária ao animal doente ou ferido;
- Obrigar a trabalho excessivo ou superior a sua força;
- Capturar animais silvestres;
- Utilizar animal em shows



Dr.ª Irani Martins

que possam lhe causar pânico ou estresse (rodeios e brigas de galo);

- Promover violência como brigas de galo, farrado-boi, dentre outros.

Os maus tratos aos animais não estão presentes somente na rotina diária das pessoas, e sim também nas redes sociais, principalmente em sites, comunidades e perfis que incentivem ou faça apologia à violência aos animais, e tudo o que incentiva ou faz apologia à violência é considerado crime.

Os maus tratos aos animais podem ser denunciados em várias instituições como:

- Corpo de bombeiros (193);
- IBAMA-Linha verde (0800 11 35 60);
- Polícia Militar (190);
- Ministério da Justiça (www.mj.gov.br).

Ao ver um animal de qualquer espécie sendo agredido ou maltratado, não se envergonhe, não contribua com a impunidade, denuncie. O Decreto no 24.645, de 10 de julho de 1934

“Estabelece medidas de proteção aos animais” é a legislação mais antiga sobre o tema. Contudo, nos últimos anos, a preocupação com essa questão tem se destacado de maneira expoente em nossa sociedade, que não aceita calada a inércia do Poder Público no atendimento adequado das demandas por políticas públicas eficazes na proteção animal.

Este debate, destinada a discutir o tema maus-tratos aos animais domésticos, limitando a discussão especificamente aos cães e gatos, dado o curto prazo que é concedido às Comissões Temporárias, o que impossibilitaria um trabalho aprofundado caso levantasse a questão de todas as espécies de animais, entrega o resultado de seus debates e apurações, por meio deste Relatório. Maus-tratos podem ser definido como abandono, envenenamento, prisão constante em correntes ou cordas muito curtas, manutenção em lugar anti-higiênico, prisão em espaços incompatíveis com seus portes ou em local sem iluminação e ventilação, mutilação, utilização em shows que possam lhes causar lesão, pânico ou estresse, agressão física, exposição a esforço excessivo, rinhas, entre outros. O artigo 225 da Constituição Federal prevê ao Estado Democrático Brasileiro o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e, no que tange aos animais, estabelece ser competência do Poder Público proteger a fauna e flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco a sua função ecológica, provoquem extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade, tornando-se imprescindível que esse debate seja feito de forma profunda e abrangente também na agenda política. O encontro do debate será realizado no Auditório da Biblioteca, no Campus de Três Poços, UNIFOA AS 19:30.

Vereador Jeovane Lomeu (PRB) foca as suas energias na criação da CPI no Hospital Filantropico Eufrasia

O vereador Jeovane Lomeu legislador Municipal de Vassouras, já tem um corpo jurídico formado para trabalhar na CPI afim de apurar todas as denúncias que envolvem o hospital Filantrópico Eufrasia, perante ao poder público. A CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) é um tipo de comissão parlamentar que serve para discutir, ouvir depoimentos, e tomar informações diretamente a respeito de um assunto, com base no interesse público. Vale ressaltar que o objetivo de uma CPI é unicamente investigar, não é de sua competência, aplicar penas.

Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) é uma investigação conduzida pelo Poder Legislativo, que transforma a própria casa legislativa em comissão para ouvir depoimentos e tomar informações diretamente, quase sempre atendendo a reclamações do povo. O objetivo é preparar todos os trâmites afim de por em andamento a CPI o mais breve o possível, para que seja apurado de toda as maneiras, sobre o destino dos recursos públicos e aonde e como que foram destinados ao Hospital Eufrasia, sendo que nada foi aplicado para o bem da população.



A realidade por vias de fatos sobre os desvios publicos que envolvem a saude

A situação é tão feia que não é somente em Vassouras que ocorre certos fatos sem uma solução, quando diz em relação a saúde, que envolve verbas públicas ou suposto desvios, quem sofre na carne são os brasileiros se amontoam em filas de hospitais lotados, dinheiro público vai para o ralo. Não é à toa que os R\$ 135,7 bilhões perdidos no ano passado com a corrupção – segundo estimativas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) – tenham superado o repasse federal de R\$ 100 bilhões para a área no mesmo período. Um clássico exemplo de causa e consequência que será demonstrado na segunda matéria da série feita pelo Hoje em Dia sobre corrupção. Na saúde, a corrupção acontece em diferentes elos da cadeia. A mais visível é a que ocorre na construção de hospitais e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), uma vez que obras inacabadas acendem uma luz-vermelha e indicam possíveis irregularidades. Hospitais

Filantropicos em parcerias com os governos públicos municipais e estaduais se atolando nos desvios financeiros, que os valores chegam a assustar qualquer cidadão comum. Mas as perdas nessa área vão muito além. Estão, por exemplo, nas verbas destinadas à compra de equipamentos e medicamentos que não chegam ao destino. Certos profissionais que, mesmo recebendo para esta remuneração nos hospitais, não são encontrados no horário de trabalho e obras inacabadas. Para se ter uma ideia, relatório feito pelo Tribunal de Contas da União (TCU) mostrou que 95% das 119 Unidades Básicas de Saúde e 35 Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), que totalizam investimentos de R\$ 137 milhões, apresentaram atrasos injustificados. O relatório, concluído ano passado, trouxe ao resultado de dez auditorias em dez estados. A ausência de providências para a retomada das obras foi constatada em 21 intervenções.

“A CPI tem que ser criada, para que toda população vassourense possa saber toda verdade! Quem não deve não temerá de forma alguma a justiça”

Vereador Jeovane Lomeu

Outro exemplo Classico de supostos desvios financeiros

É o caso do Hospital Regional Doutor Márcio Paulino, em Sete Lagoas, Regional Central de Minas Gerais, já com indícios reais de corrupção. As obras pararam no início deste ano com a alegação de que não havia recursos suficientes, mesmo após a construtora receber o valor integral previsto em 2011. Após R\$ 52,807 milhões pagos, apenas nem a metade das obras foram concluídas. Enquanto isso, a população fica sem a estrutura que atenderia moradores de 35 municípios no entorno de Sete Lagoas.

Caos

“A saúde está em um estado de quase colapso. Por causa da escassez de recursos, faltam vacinas e medicamentos nos hospitais, o que pode gerar epidemias no país. Por puro descaso”, afirma o vice-presidente da Associação Médica Brasileira (AMB), Lincoln Lopes Ferreira. Ele lembra que várias UPAs espalhadas pelo país estão fechadas ou funcionando com atendimento reduzido por falta de recursos para realizar os atendimentos demandados.

GRADUAÇÃO

- Administração
- Enfermagem
- Engenharia Civil
- Engenharia de Software
- Engenharia e Produção
- Engenharia Elétrica

- Engenharia Química
- Medicina
- Medicina Veterinária
- Odontologia
- Pedagogia
- Psicologia



UNIVERSIDADE DE
VASSOURAS

PÓS-GRADUAÇÃO
MBA - ESPECIALIZAÇÃO - MESTRADO